

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E STANDARDS

Alcina de Sena Portugal Dias

Diretor do Mestrado em Auditoria

Professor Adjunto

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (PP)

R Jaime Lopes Amorim S/N

Research Unit :

CEOS.PP Instituto Politécnico do Porto

Europagune Research Unit (University of the Basque Country)

SCOPE pertencente a APQ - Associação Portuguesa da Qualidade.

Track: H) Responsabilidade Social Corporativa (*Corporate Social Responsibility*)

Keywords: *standards* - IFRS, ISA, ERM, ISO, âmbito de aplicação, desempenho,
responsabilidade social corporativa

Keywords: *standards* - IFRS, ISA, ERM, ISO, range of application, performance,
corporate social responsibility

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA (RSC) E STANDARDS

Abstract

A RSC neste estudo engloba a perspetiva da utilização dos *standards* face às expectativas dos *stakeholders*. Qualquer organização para cumprir a sua Missão tem de apresentar demonstrações financeiras verdadeiras e apropriadas, pela aplicação das IFRS e validadas/certificadas por um Auditor/Revisor através das ISA. O ambiente interno da organização deve considerar quer o ERM quer a ISO 31000 e a segurança do seu capital humano associa-se à ISO 18001. Os negócios dos produtos/serviços, no mercado global, obrigam ao uso da ISO 9001. Por fim estas organizações porque ambientalmente responsáveis devem implementar uma ISO 14001. A RSC poderá ser uma realidade.

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY (CSR) AND STANDARDS

Abstract

CSR, in this study, encompasses the standards perspective facing the *stakeholders* expectations. To fulfill its Mission any organization must present true and fair financial statements – got by IFRS and validated /certified by an Auditor through the use of ISA. The organization's internal environment must address the risk either through ERM or ISO 31000 as the security of its human capital is associated to ISO 18001. Nowadays the business of products /services in the global market forces organizations to get an ISO 9001. At last these organizations being environmentally responsible should implement an ISO 14001. CSR will overcome.

1. Necessidade dos Standards

Os *Standards* ou padrões são importantes porque promovem a eficiência económica bem como reduzem os custos de transação relacionados com a informação entre os diversos pares (Nadvi and Wältring, 2004). Contudo estes *standards* constituem, muitas vezes, barreiras não tarifárias aplicáveis às relações internacionais. De acordo com a literatura enquanto as barreiras tarifárias estão cada vez mais baixas, as barreiras não tarifárias (por exemplo os standards técnicos e as regulações técnicas relativas à especificidade dos produtos e indiretamente conexas aos processos de produção) assumem uma preponderância cada vez mais acutilante (Blanco and Bustos, 2004). Por outras palavras, pode-se dizer que a importância do comércio internacional na economia global tem crescido significativamente nas últimas duas décadas, mas, enquanto as tarifas e as restrições quantitativas têm diminuído ou sido

eliminadas, outro tipo de barreiras de uma natureza completamente diferente têm tido uma importância e relevância fundamental nas relações de negócio especialmente no que se refere à gama dos *standards* técnicos (Giovannucci and Ponte, 2005; Henson and Loader, 2001).

A padronização tem sido crucial para o desenvolvimento industrial da sociedade. (Blind, 2004). Na sua origem histórica ainda no século XX, os *standards* foram usados para homogeneizar uma panóplia imensa de componentes e fornecimentos de partes terceiras e para os credibilizar de modo a permitir a sua transação e facilitar a produção em massa e a prestação de serviços associada. Contudo este entendimento foi ainda sendo mais apurado e hoje em dia os *standards* são aplicados ao próprio processo de gestão e aos sistemas pelos quais os produtos e serviços são oferecidos ao mercado (Heras, 2006). Os *standards* baseados na gestão (*standards-based management*) constituem já uma área de informação com grande relevância na academia devido ao grande sucesso que estes padrões têm revelado nas empresas do mercado global. Assim, torna-se relevante considerar as diferentes perspetivas da utilização dos *standards* numa ótica de gestão pois estas ferramentas de gestão são muito interessantes para colmatar as diferentes expectativas dos *stakeholders* envolvidos (gestores, consultores, políticos e investigadores).

Depois de ter sido referida a posição importante dos *standards*, em qualquer tipo de organização e processo operacional associado, depois de se ter considerado o seu contributo para um consequente desempenho mais eficiente e eficaz será identificada a responsabilidade partilhada e/ou Responsabilidade Social Corporativa.

Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

Ao ser mencionado um tema com uma abrangência tão vasta e tão multidisciplinar como a Responsabilidade Social Corporativa (*CSR – Corporate Social Responsibility*) não se poderá deixar de tomar em consideração o estado da arte em termos de governação das sociedades numa perspetiva de *standards* a cumprir ou a ser aconselhado ou sugerido o seu cumprimento. Dado o teor eclético desta matéria torna-se necessário mencionar o mercado global e enquadrá-la no âmbito dos acordos pertencentes à Organização Mundial do Comércio. Destes acordos, um deles apelidado de Obstáculos Técnicos ao Comércio (*TBT- Technical Barriers to Trade*) tem como objetivo garantir a transparência e consistência da transação internacional, por outras palavras, a utilização de medidas que a facilitem. Medidas como as regulações técnicas, os *standards*, os procedimentos de monitorização não devem ser motivo de criação de condições que constituam um obstáculo técnico ao comércio, mas antes algo que o facilite.

É neste enquadramento sumário que este estudo será desenvolvido considerando o mundo operacional pertencente á vida das organizações. Qualquer organização para cumprir a sua Missão tem de apresentar ao longo dos anos e para cumprir o principio do “going concern” (continuidade) as suas demonstrações financeiras de uma forma verdadeira e apropriada. Estas são elaboradas de acordo com as IFRS (*International Financial Reporting Standards* cuja entidade emissora é o IASB) o que significa que o processo de contabilização de todas as transações deve ser realizado atendendo a esses *standards*. Para que estas demonstrações financeiras ganhem credibilidade e visibilidade externa elas devem ser auditadas através de *standards* específicos de auditoria - ISA (*International Standards on Audit* cuja entidade emissora é o IFAC).

Assim se relacionam as demonstrações financeiras com os *standards*. O ambiente interno da organização também ele se relaciona com algumas normas ou padrões. É do conhecimento comum que mesmo as melhores e mais sadias expetativas de sucesso de uma organização, podem ser comprometidas por fatores inesperados da mais diversa índole e que assim encerram um risco. Estamos assim a considerar a Gestão do Risco que pode ser abordada quer através do *ERM - Enterprise Risk Management* (COSO, 2017) ou através da ISO 31000 (Risco). No seio da organização produz-se ou vende-se um serviço. Mas é com “produtos/serviços” de qualidade que se garante um sucesso que corresponda à concretização da Missão da organização. Para garantir a qualidade na transação internacional há que munir os produtos/serviços de uma ISO 9001 e há que gerir a organização através de um apropriado SGQ - Sistema de Gestão pela Qualidade. Consequente á produção ou prestação de serviços e para minimizar o risco ambiental convém que as organizações sejam responsáveis optando pela aplicação da ISO 14001 relativa á proteção do ambiente. Por fim quando a organização é orientada por todos estes *standards* e o seu desempenho é bem-sucedido com reconhecimento pelo meio envolvente provavelmente a ISO 26000:2014 relativa á sustentabilidade foi utilizada.

Na tabela 1. a seguir descrita sintetizam-se os temas a serem tratados:

Tabela 1 – Responsabilidade Social Corporativa (perspetiva dos standards)

Responsabilidade Social Corporativa (ISO 26000)	
Ambiente (ISO 14001)	Demonstrações financeiras (IFRS; ISA)
Produto/Serviço (ISO 9001)	
Segurança RH (ISO 18001)	
Ambiente interno (ERM 2017; ISO 31000)	

O objetivo a ser atingido através desta pesquisa é a Responsabilidade Social Corporativa (ISO 26000) e a sua relação com o uso de standards. Para que a RSC possa ser uma realidade há que considerar os *inputs* necessários para tal, ou seja, ou seja a relação: do ambiente, do produto/serviço, da segurança dos trabalhadores, do ambiente interno da organização e das demonstrações financeiras. Assim sendo as partes que compõem este estudo seguem a sequência expositiva da tabela acima explícita apenas para facilitar a sua descrição, uma vez que, se tem a noção que são partes interativas e não devem obedecer a qualquer sequência numérica. Por exemplo, ao se considerar em primeiro lugar as demonstrações financeiras é sabido que por fim estas refletem e resultam da utilização de todas as ferramentas nas organizações, mas também se sabe, que as firmas socialmente responsáveis as apresentam de uma forma tradutora de maior qualidade social e maior responsabilidade envolvente.

2. Demonstrações Financeiras

Standards e Contabilidade – IFRS- International Financial Reporting Standards

A aplicação das NIC Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS - International Financial Reporting Standards*) é neste momento, uma realidade quase no mundo inteiro. Muito se tem escrito academicamente sobre esta temática e muitos países foram voluntários em ter uma sua aplicação antecipada. Interessante registar que há opiniões muito diversas. Hans *et al* (2015) na Alemanha, decidiram medir o impacto que a aplicação antecipada destas normas teria na qualidade dos relatórios de gestão. Tomaram como referência estudos anteriores que mediram a qualidade contabilística através da gestão dos resultados, do reconhecimento oportuno das perdas e a relevância de valor. Enquanto a literatura ia evidenciando que as IFRS contribuem para a melhoria da qualidade contabilística estes autores consideraram que essas melhorias estavam confinadas a empresas que tinham incentivos para a sua adoção. Desta forma este estudo evidenciou que as empresas que resistem à adoção das IFRS têm conexões mais estreitas com bancos e acionistas internos, que são consistentes com menores incentivos para o uso de normas contabilísticas mais abrangentes. Concluíram a partir de evidências recolhidas que não lhes foi possível inferir sobre mudanças na qualidade da contabilidade em torno da adoção voluntária da aplicação antecipada das IFRS.

Com conclusões muito similares um outro estudo (Lourenço e Castelo Branco, 2015) elaborado na análise de um conjunto de 67 artigos publicados nas revistas de contabilidade que integram o *Social Sciences Citation Index (SSCI)*, publicados entre

2000 e 2013, refere como consequência da aplicação das IFRS um efeito positivo na qualidade da informação, no mercado de capitais, na capacidade de previsão dos analistas, na comparabilidade e uso da informação. Mas este efeito é também relacionado com outros fatores, como as características quer dos países quer das empresas. Digamos que, em suma, resultam de fatores como um enquadramento sócio cultural do país. Os autores concluem que a partilha de regras não é, por si só, suficiente para criar uma linguagem de negócios comum, desempenhando os incentivos da gestão e os fatores institucionais um importante papel no enquadramento das características do relato financeiro.

Contudo independentemente de se ter ou não vantagem com a sua aplicação, as IFRS/IAS são uma realidade global. O importante é que a comparabilidade e a harmonização da informação financeira - grande móbil destas normas – sejam metas atingidas. E para que tal suceda há que garantir que tudo o que está contabilisticamente registado em qualquer tipo de organização está correto e de acordo com os referenciais adequados e aplicáveis. Nesta análise e inspeção sobre aquilo que contabilisticamente está feito surge a auditoria que, no desenvolvimento do seu processo, se rege também por *standards* ou normas.

Standards e Auditoria - ISA - International Standards on Audit

Sobre a aplicação das ISA's e as vantagens que daí podem advir, o estudo de Boolaky e Soobaroyen (2016) recorre à perspetiva neoinstitucional, e busca, pela primeira vez, investigar empiricamente os determinantes da adoção das ISA e o compromisso com a harmonização numa base *cross-national* (89 países). Os resultados mostram que a proteção dos interesses minoritários, a aplicação da lei, os direitos dos credores/mutuários, a ajuda externa, a prevalência da propriedade estrangeira, o nível educacional e as formas particulares de sistema político (nível de democracia) prevalecentes em um país, são observados como preditores significativos. do grau de compromisso com a adoção e harmonização de ISAs. A análise estatística evidencia que a pressão coercitiva, mimética e normativa tem um impacto significativo sobre a adoção da ISA em relação aos fatores económicos (liderados pela eficiência). As conclusões do estudo revelam que os esforços atuais do IFAC e de outras agências internacionais para usar as ISAs devem compreender um amplo conjunto de fatores institucionais para além dos económicos que, aliás, são razões relevantes no desenvolvimento de políticas de auditoria em todo o mundo.

Registe-se que as ISA em Portugal e de acordo com a Ordem dos Revisores Oficiais são uma ferramenta de trabalho obrigatória pelos Revisores Oficiais de Contas no desenvolvimento de um processo de auditoria.

No desenvolvimento de qualquer processo seja ele de auditoria, de fabricação de produto, de comunicação com os clientes ou fornecedores existe o risco como sendo algo inerente a qualquer atividade. Normalmente é associado ao ambiente interno da organização no sentido de aí se identificarem as situações/ações/medidas/ que se relacionam com o risco e que devem ser ponderadas e acauteladas.

3. Ambiente interno: *ERM 2017 ou ISO 31000*

O Enterprise Risk Management (COSO, 2017) é uma ferramenta – uma referência, um padrão - que se bem aplicada na organização acabará por contribuir para o seu melhor desempenho. Os *inputs* deste processo são uma definição clara da Missão da organização e uma Visão ou posicionamento futuro da empresa no mercado.

Figura 1 - ERM 2017



Fonte: 2017-COSO-ERM-Integrating-with-Strategy-and-Performance-Executive-Summary.pdf

O processo operacional consiste na identificação dos seguintes aspetos relacionados com a estratégia e objetivos de negócio da organização:

- Governação do risco e cultura, ou seja, a forma como a organização identifica o risco
- A relevância da cultura da organização em termos de risco
- A estratégia do risco tem a ver com as linhas de orientação definidas para identificar as situações de risco
- A execução do risco respeita a forma como se enfrenta e resolve o risco

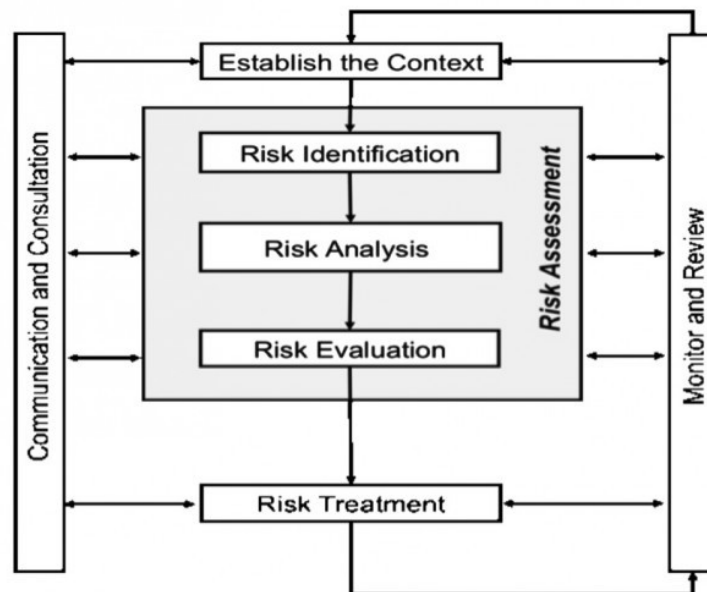
- O reporte/comunicação do risco significa como e a quem se comunica a envolvente do risco

- A monitorização da gestão do risco empresarial, ou seja, as formas encontradas para testar o risco nas organizações

O princípio deste novo COSO (2017) é que se os passos anteriores e precedentes forem cumpridos (missão, visão e processo operacional face ao risco) o desempenho da organização surtirá acrescido – *enhanced performance*.

Alternativamente à utilização do ERM 2017 para ajudar a mitigar o risco, as organizações poderão também implementar a ISO 31000 cuja última revisão ocorreu em 2014 e cujo conteúdo em termos sintéticos é o seguinte:

Figura 2 – Gestão de risco e o standard ISO 31000



Fonte: Iso 31000 - risk management - flowchart

Será de referir que empresas habituadas a trabalhar com ISO 9001 irão preferir a ISO 31000 porque a linguagem é objetiva e direcionada da mesma forma e abordagem que a norma ISO 9001, parecendo o tratamento do risco mais evidente.

Em termos de *Input* considera-se a comunicação e consulta dentro da organização quanto á posição de risco fazendo-se um enquadramento (*establish the context*) e de seguida avalia-se o risco em três fases distintas: identificação, análise, avaliação (*identification, analysis, evaluation*). Por último trata-se o risco (*risk treatment*). Um *Output* apelidado de monitorização e revisão termina o processo.

Uma aplicação da ISO 31000 foi considerada pelos autores Oliveira *et al* (2017) relativamente à cadeia de fornecimentos. Dizem os autores que ruturas e interrupções nas cadeias de abastecimento (*SC-supply chain*) podem causar grandes perdas financeiras e prejudicar a reputação das empresas. Assim é considerada a gestão de riscos da cadeia de abastecimentos (*SCRM-supply chain risk management*) que envolve uma análise do processo realizada em várias etapas. No entanto, os pesquisadores divergem sobre o número e o conteúdo dessas etapas. O objetivo do seu estudo foi analisar a aplicabilidade da norma ISO 31000 como um procedimento sistemático para o SCRM. E, em caso afirmativo, como o padrão pode ser implementado no contexto do SCRM, com uma estrutura e em uma empresa específica. Através da revisão da literatura, foram comparadas e harmonizadas as etapas de gestão de risco propostas pelas pesquisas sobre o SCRM. Além disso, foi desenvolvido um caminho para identificar e priorizar quais as ferramentas e técnicas de avaliação de risco presentes na ISO 31000: 2009 que devem integrar um procedimento para SCRM, baseado no Analytic Hierarchy Process (AHP), exemplificado numa cadeia de abastecimento do setor automóvel. Com base nos resultados da pesquisa, os autores concluíram que a ISO 31000 pode ser usada de forma benéfica como método padronizado para executar o SCRM, desde que, as ferramentas e técnicas sejam selecionadas de acordo com as necessidades da empresa e características do negócio.

Desta forma pode-se constatar que todos os *standards*, todas as normas permitem às organizações ter ao seu alcance ferramentas que as ajudam a minimizar o risco que as envolve. Tudo irá depender da gestão de topo, das necessidades da empresa e das características específicas do seu negócio. Sabemos também que qualquer negócio envolve o recurso a trabalhadores e que também estes têm um peso muito significativo no sucesso da organização. O risco é algo que pode afetar aqueles que trabalham na organização. Assim sendo será também de considerar a sua segurança. É desta forma que se irá mencionar o padrão ou *standard* ISO18001.

4. Segurança dos Recursos Humanos da Organização: OHSAS – ISO 18001

Esta norma OHSAS 18001/ NP 4397- Sistemas de Gestão da Segurança e de Saúde do Trabalho, consiste em uma série de normas britânicas, desenvolvidas pelo BSI Group¹, para orientação de formação de um Sistema de Gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais (SSO).

¹ **BSI Group** - conhecido como British Standards Institution (ou BSI) - é a entidade Inglesa responsável pela emissão de standards.

É um sistema de gestão que ajuda uma organização no controlo dos seus riscos de trabalho e a melhorar o seu desempenho. Os temas fundamentais da sua implementação são as seguintes:

Requisitos legais e outros	Competência
Objetivos e programa	Formação e sensibilização
Recursos	Comunicação, Participação e Consulta
Funções	Controle operacional
Responsabilidade/autoridade	Preparação e resposta a emergências
Medição acompanhamento e melhoria do desempenho	

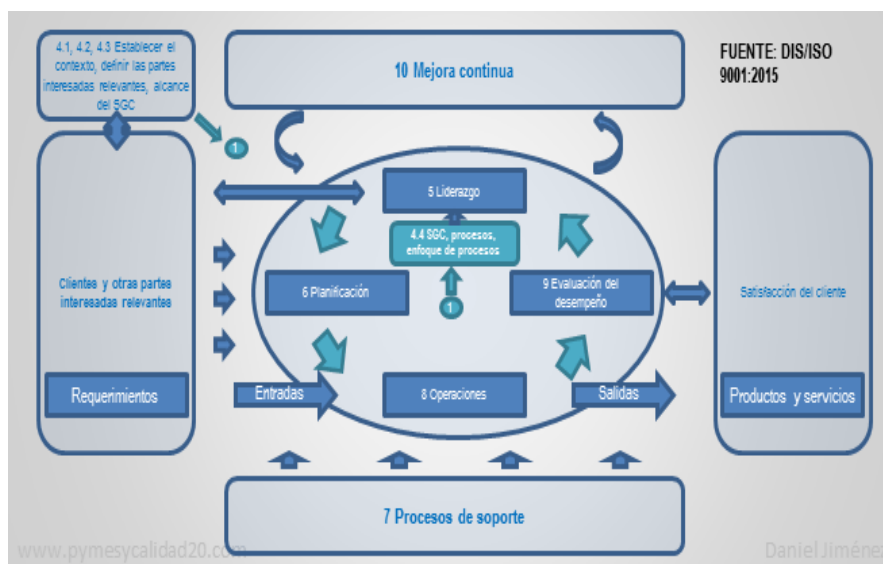
Tabela 2 Itens cruciais da OHSAS18001

A definição do enquadramento legal da organização e seus trabalhadores é o começo destas recomendações. Uma descrição plena dos seus objetivos e o seu programa de acompanhamento bem como os recursos disponíveis para o alcançar será outro ponto de referência. As funções associadas aos recursos humanos, as responsabilidades/autoridades estão relacionadas com a competência a formação e sensibilização da classe. De seguida a comunicação é fundamental pois traduz uma participação envolvente e partilhada. O controlo operacional e as medidas implementadas para enfrentar emergências são elementos que ao serem considerados acabam também por justificar a melhoria do desempenho. E será desta forma que as organizações que seguem estas recomendações relativas á segurança no trabalho vêm o seu risco minimizado. Contudo importa que os recursos humanos da organização saibam que contribuem para o seu sucesso e por tal sejam reconhecidos. Principalmente quando o contributo do seu trabalho ajuda á tradução em vendas de produtos ou serviços relevantes no mercado global. É neste enquadramento de produtos com certificação de qualidade que se aborda o tema seguinte.

5. Produto ou serviço - ISO 9001:2015

ISO 9001, na sua versão de 2015, é o *standard* que as organizações devem aplicar para ter o seu produto/serviço certificado e desta forma através as suas vendas terem associadas uma garantia, para e da transação, no mercado global. Em termos esquemáticos a sua composição é a seguinte (Figura 3)

Figura 3 – Diagrama da ISO 9001:2015



Fonte: Google – ISO 9001 2015 flowchart

Para implementar este *standard* com vista á certificação da qualidade qualquer organização precisa de atender aos pontos mais relevantes (ponto 4 a ponto 10) retirados da própria norma ISO 9001.

Tabela 3 - Pontos essenciais da ISO 9001

4 Contexto: definição das partes interessadas no Sistema de Gestão da Qualidade
5 Liderança: entendimento da distribuição de poder ao longo da hierarquia da organização
6 Planeamento: forma como a organização prevê ou estima o futuro em todas as áreas do negócio
7 Apoio: estrutura operacional de apoio ao “core business” da organização
8 Operações: processo relacionado com a obtenção do produto ou serviço da entidade
9 Avaliação do Desempenho: esquemas de avaliação implementados na organização
10 Melhoria: definição de indicadores e metas de desempenho nas áreas abrangidas pelo Sistema de Gestão da Qualidade

Estudos sobre o fator “qualidade” evidenciam: o processo de qualidade pode contribuir para uma mudança na estrutura das organizações (Deming, 1989, Heras, 2002; Chenall, 2003; Johana, 2007). A forma como a hierarquia se estabelece ou posiciona pode ser alterada para melhor servir os intuitos da qualidade e por fim os objetivos da gestão plasmados na Missão da organização. É do conhecimento comum que qualquer organização para trabalhar de forma eficiente e eficaz, precisa de ter liderança (Mintzberg, 1987; Zahirul, 2003) mas essa liderança também ela, hoje em dia, se encontra em mutação. Será a boa liderança a que fará com que os objetivos inerentes à Missão da organização sejam guiados por estratégias (Drucker, 1986, Kaplan, 1992, Ortiz et al., 2006: Oakland e Tanner, 2007) que podem e devem ser entendidas através dos fatores culturais (Schein, 1999).

O mercado global cada vez precisa mais deste entendimento e atente-se até num exemplo académico de aplicação das ISO em Universidades estudado na Malásia. Basir *et al.* (2017) a partir da revisão da literatura e atendendo apenas à cultura académica classificada de acordo com quatro elementos - liberdade académica, individualismo, profissionalismo e colegialidade, elaboraram dois estudos de caso realizados em Universidades da Malásia. Estas tinham certificação ISO 9001 por 5 anos. Na época dessa pesquisa, essas duas eram as únicas universidades que tinham certificação para toda a organização (a maioria das organizações obtém certificação apenas para departamentos específicos). Os resultados mostraram que a liberdade académica, o individualismo e a colegialidade funcionaram contra a manutenção da norma ISO 9001, enquanto o profissionalismo havia influenciado a manutenção da ISO 9001 tanto positiva quanto negativamente. Os opostos do individualismo (trabalho em equipe) e da colegialidade apoiaram a manutenção da ISO 9001 em um dos casos.

Sem dúvida que um Sistema de Gestão pela Qualidade em qualquer organização obedece a procedimentos instituídos no seu âmbito de ação e estes constituem algo de limitativo face a mudanças rápidas e criativas no seu seio. Contudo, tem de ser mesmo assim para se poder gerir. Poder-se-ia afirmar que “não há bela sem senão”, mas na realidade os procedimentos são fundamentais para ajudar a gerir a organização pois dessa forma, todos sabem quem é quem, quem faz o quê e como é medida essa produção. E estes indicadores associados ao Sistema de Gestão pela Qualidade (*kpi - key process indicators*) são fundamentais para um espírito de melhoria continua que é o seu objetivo último.

6. Ambiente - ISO 14001

Qualquer entidade que queira usar a ISO 14001 relativa ao ambiente deverá possuir já e previamente uma ISO 9001 porque os procedimentos de implementação são muito similares e complementares, sendo, contudo, a tónica ambiental o seu objetivo final. Normalmente os setores de atividade mais poluentes (tipo celulose, produtos químicos, petrolíferas e construção civil entre outros) serão os mais interessados em cumprir esta norma até para mostrar a sua conformidade com a envolvente e todos os demais *stakeholders*.

Em termos de diagrama poder-se-á identificar esta ISO 14001 da seguinte forma:

Figura 4 - Diagrama da ISO 14001



Fonte: ISO 14001 flowchart

Como se pode verificar este *standard* como todos os outros envolvem a responsabilidade da gestão, a política do ambiente definida pela organização atendendo às diretivas ambientais a seguir (normalmente diretivas europeias), o planeamento associado, plano de implementação bem como a fase de monitorização e ações corretivas. Da aplicação deste *standard* muito tem sido desenvolvido academicamente. Um recente estudo dos autores Murmura *et al.* (2018) refere que nas últimas décadas, a adoção de Sistemas de Gestão Ambiental, como estruturas para a integração de políticas e programas corporativos de proteção ambiental, começou a tornar-se uma prática crescente entre empresas nacionais e multinacionais em todo o mundo. O estudo realizado pelos autores pretende apresentar os resultados de um inquérito empírico realizado entre empresas italianas que são certificadas com o Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 e o Sistema Europeu de Ecogestão e

Auditoria (EMAS). O objetivo foi identificar o tipo de empresas que implementaram um padrão EMS, para examinar as motivações que os levaram a introduzi-lo, identificando os benefícios e as barreiras percebidas e avaliando as diferenças e semelhanças entre esses dois sistemas. A pesquisa foi realizada através de um questionário enviado a 1657 organizações certificadas e das quais participaram 190. A análise de variância; o teste-qui (teste χ^2) e a correlação de Pearson foram utilizados para analisar os itens de motivações, benefícios e barreiras. Os resultados do inquérito mostram que a certificação EMAS parece estar estritamente relacionada com a norma ISO 14001; de fato, a maioria das empresas que operam nos mercados internacionais têm os dois padrões. Além disso, e principalmente as empresas de maior porte enveredaram pela certificação, em comparação com as de menor porte, porque são *quase que “empurradas”* para a certificação por diferentes razões. O tempo também foi considerado um fator discriminante relevante. Quanto à análise dos benefícios e barreiras percebidas, verificou-se uma importante relação de similaridade entre a ISO 14001 e o EMAS. A pesquisa deu uma contribuição acrescida para a importância de uma boa gestão ambiental.

Em síntese as empresas que procuram uma ISO 14001 evidenciam já uma forma de responsabilidade para com o ambiente procurando protegê-lo de seus efeitos contributivos menos positivos. Mas se possuem uma ISO 14001 também têm uma ISO 9001. E muito provavelmente a situação de risco estará controlada quer através de uma ferramenta como a ERM, a ISO 31000 e a OHSAS 18001. Se as demonstrações financeiras permitirem bons resultados então estaremos perante uma entidade que goza de responsabilidade social corporativa.

7. Responsabilidade Social Corporativa ISO 26000:2014 Sustainability or CSR

A ISO 26000:2014 (última revisão) fornece orientação para todos os tipos de organizações, independentemente de seu tamanho ou localização. Concretamente no que concerne à responsabilidade social este *standard* contempla:

Os conceitos, os termos e as definições relacionados; os antecedentes, tendências e características; os princípios e práticas e os assuntos centrais conexos. Paralelamente é referido como integrar, implementar e promover o comportamento socialmente responsável em toda a organização, através de suas políticas e práticas, dentro de sua esfera de influência; por ultimo as sugestões da norma são identificar e envolver as partes interessadas e comunicar os compromissos, o desempenho obtido e as demais informações relacionadas com a responsabilidade social.

A ISO 26000 destina-se a ajudar as organizações a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a incentivá-lo indo para além da conformidade legal, pois essa é um dever fundamental de qualquer organização e uma parte essencial de sua responsabilidade social. Pretende-se promover o entendimento comum no campo da responsabilidade social e complementar com outros instrumentos e iniciativas de responsabilidade social. Ao aplicar a ISO 26000 é aconselhável que uma organização atente na diversidade social, ambiental, legal, cultural, política e organizacional, bem como nas diferenças de condições económicas, sendo consistente com as normas internacionais de comportamento.

Esta Norma não contém requisitos, nem confere qualquer certificação tendo como objetivo fornecer às organizações uma orientação sobre a responsabilidade social e podendo ser usada como parte de atividades de políticas públicas.

No entanto, para os fins do Acordo de Marraquexe ²da Organização Mundial do Comércio (WTO- OMC), não se pretende que seja interpretado como um “padrão internacional”, “diretriz” ou “recomendação”, nem pretende fornecer uma base para qualquer presunção ou decisão de uma medida compatível com as obrigações da OMC. Além disso, não se destina a fornecer uma base para ações judiciais, reclamações, defesas ou outras reivindicações em qualquer processo internacional, nacional ou outro, nem pretende ser citada como evidência da evolução do direito internacional consuetudinário. A ISO 26000 não se destina a impedir o desenvolvimento de padrões nacionais mais específicos, mais exigentes ou de um tipo diferente.

O desempenho de uma organização detentora de responsabilidade social pode influenciar, entre outras coisas:

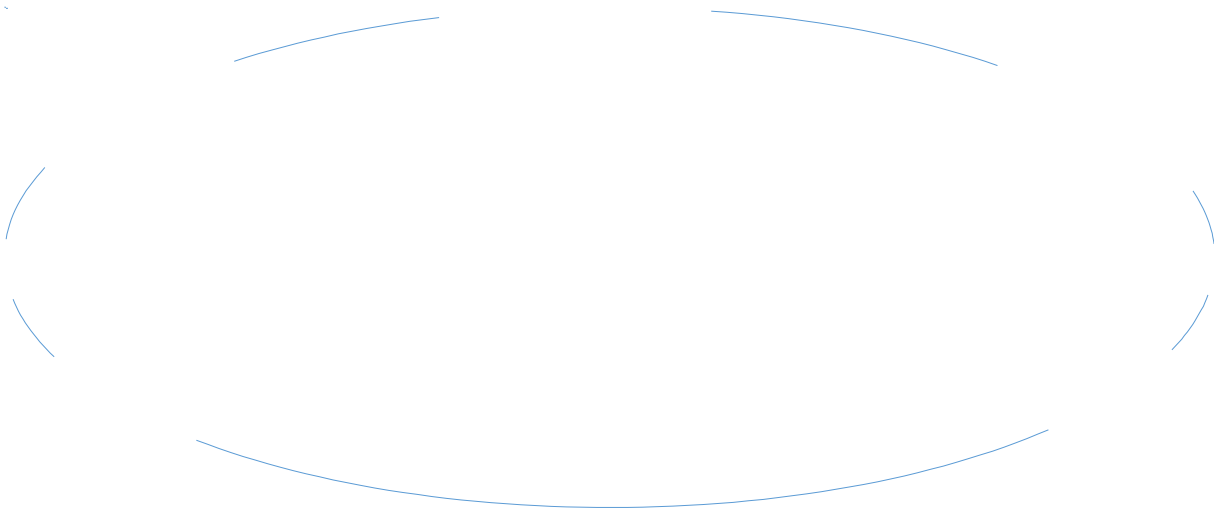
- vantagem competitiva e reputação (organização, gestão, governação, práticas operacionais)
- a capacidade de atrair e reter trabalhadores ou membros, clientes e terceiros (direitos humanos: práticas laborais)
- a manutenção do moral, comprometimento e produtividade dos funcionários (direitos humanos; praticas laborais)
- a perceção de investidores, proprietários, doadores, patrocinadores e comunidade financeira (questões dos clientes/*stakeholders*)

² (OMC) Acordo de Marrakesh que cria a Organização Mundial de Comércio e Ato Final, de 15 de abril de 1994

- Relacionamento com empresas, governo, *media*, fornecedores, pares, clientes e comunidade em geral (Envolvimento/desenvolvimento: na comunidade)

Em suma são sete os temas centrais de responsabilidade social definidos na seguinte figura 5.

Figura 5. Responsabilidade Social - componentes



Ao falar em responsabilidade social corporativa pela dimensão e relevância do assunto deve –se citar o continente Americano – EUA, donde buscando uma base mais alargada e baseando-nos em seus estudos poder-se-ão elaborar alguns comentários mais pertinentes.

Gupta *et al.* (2017) analisaram o posicionamento das empresas americanas face ao CSR – Corporate Social Responsibility. Os autores questionaram porque as empresas apresentavam diferentes posturas em relação à responsabilidade social corporativa - RSC. Pesquisas anteriores enfatizaram o papel das pressões externas, bem como as preferências dos CEO – Chief Executive Officer, enquanto pouca atenção foi dada à possibilidade de que a RSC também possa derivar das crenças prevalecentes entre o corpo político da empresa. Os autores introduziram o conceito de ideologia política organizacional para explicar como as crenças políticas dos membros da organização moldam os avanços corporativos na RSC. Usaram uma nova medida baseada nas contribuições políticas de funcionários de empresas, evidenciadas na Fortune 500, e descobriram que a ideologia prevê avanços na RSC. Esse efeito parece mais forte quando a RSC é rara no setor empresarial em que empresa se localiza, quando as empresas têm alta intensidade de capital humano e quando o CEO tem longo tempo de permanência na organização. Uma outra questão relevante tratada pelos autores

foi a razão que leva as empresas a variar as suas posturas em relação à responsabilidade social corporativa (RSC). Pesquisas anteriores sugerem que as empresas se envolvem em RSC quando estão sob pressão para fazê-lo, ou quando seus CEO têm valores liberais.

Foi então usado o conceito de ideologia política organizacional e conclui-se que a RSC também pode resultar dos valores do maior número funcionários. Introduzindo uma nova medida de ideologia política organizacional, baseada em doações de funcionários para os dois principais partidos políticos nos Estados Unidos, descobriu-se que as empresas liberais se dedicam mais à Responsabilidade Social Corporativa do que as conservadoras, e ainda mais quando outras firmas pertencentes à mesma indústria têm registros de RSC mais fracos, quando a empresa depende muito de recursos humanos, (tendo assim muitos trabalhadores) e quando o CEO da empresa tem um longo mandato organizacional.

A partir destas ideias finais de Gupta *et al.* (2017) pode-se dizer que estão em linha com as conclusões, a que, um estudo da PWC, realizado em 2012 e em Portugal, chegou. Este estudo versou os diferentes setores de atividade com RSC implementada. Os setores: energia, transportes, logística e construção imobiliária representavam cerca de 65% do total de empresas com RSC. Numa análise de caracterização detalhada confirmou-se um pouco o que o estudo americano acima citado contempla. Por outras palavras as empresas com uma liderança forte e partilhada, com muitos trabalhadores, apresentando um volume de negócios considerável e com necessidades de defesa da sua reputação/ marca procuram algo que as diferencie das demais e esse algo é mesmo a Responsabilidade Social Corporativa.

Conclusão

Assim se poderá retirar que ao existir a CSR a sua implementação em qualquer organização, pressupõe a existência de uma panóplia de ferramentas de gestão. Dentro destas foram nomeadas as: IFRS; ISA; ISO 9001; ERM; ISO 31000; ISO 18001; ISO 14001 que para além de outros mecanismos de gestão podem contribuir para a maior eficiência e eficácia de sua gestão. Estas fazem parte inerente do seu processo de gestão e será a sua utilização paralela e concomitante que irá contribuir para um melhor desempenho e um posicionamento de mercado que lhe garante a tal Responsabilidade Social Corporativa evidenciando uma contribuição preponderante para o meio envolvente.

Como limitações do presente estudo aponta-se a demasiada variedade de ferramentas de gestão (*standards*) descritas o que impossibilita, num trabalho deste teor, a identificação de casos práticos de validação associados.

Como pistas para investigação futura sugere-se exatamente o desdobramento deste estudo, em cada um dos itens (*standards*) considerados, e a sua identificação com a aplicação prática em empresas localizadas em diferentes ramos de atividade, permitindo-se desta forma uma comparação do maior ou menor valor acrescido para a organização consoante o tipo de atividade selecionado.

References

Abhinav Gupta, Forrest Briscoe and Donald C. Hambrick (2017). Red, blue, and purple firms: Organizational political ideology and corporate social responsibility, *Strategic Management Journal*, 38 (5), 1018-1040

Antonelli, C. (1999). *Localized technological change and the evolution of standards as economic institutions*. Oxford: Oxford University Press.

Blanco, H. and Bustos, B. (2004). *Normalización y comercio sustentable en Sudamérica*. Santiago de Chile, Chile: RIDES

Blind, K. (2004). *The economics of standards: Theory, evidence, policy*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing.

Brunsson, N. and Jacobsson, B. (2000). The contemporary expansion of standardization. In Brunsson, N. and Jacobsson, B. (Eds.), *A world of standards* (1-17). Oxford: Oxford University Press.

Chenhall, R. (2003). Management control systems design within its organizational context: Findings from contingency based research and directions for the future. *Accounting Organization and Society*, 28(2-3), 127-168.

Deming, W. (1989). *Calidad, productividad y competitividad. La salida de la crisis*. Madrid: Díaz de Santos

Drucker, P. (1986). *Managing for results*. New York: Harper & Row

Federica Murmura, Lolita Liberatore, Laura Bravi, Nicola Casolani (2018). Evaluation of Italian Companies' Perception About ISO 14001 and Eco Management and Audit Scheme III: Motivations, Benefits and Barriers *Journal of Cleaner Production*, 174, 691-700

Giovannucci, D. and Ponte, S. (2005). Standards as a new form of social contract? Sustainability initiatives in the coffee industry. *Food Policy*, 30, 284-301.

Hans B. Christensen, Edward Lee, Martin Walker & Cheng Zeng (2015), Accounting meaning the registering of transactions according to IFRS Incentives or Standards: What Determines Accounting Quality Changes around IFRS Adoption? *Journal European Accounting Review* 24 (1), 31-61

Henson, S. and Loader, R. (2001), Barriers to Agricultural Exports from Developing countries: The role of Sanitary and Phytosanitary Requirements. *World Development* 29 (1), 85-102

Heras, I. (Coord.) (2006). *ISO 9000, ISO 14001 y otros estándares de gestión: pasado, presente y futuro*. Madrid: Editorial Civitas.

Heras, I., Dick, G. and Casadesús, M. (2002). ISO 9000 registration's impact on sales and profitability. A longitudinal analysis of performance before and after accreditation. *International Journal of Quality & Reliability Management*, 19 (6), 774-791.

Isabel Maria Estima Costa Lourenço e Manuel Emilio Mota de Almeida Delgado Castelo Branco⁽²⁰¹⁵⁾.—Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura *Revista de Contabilidade e finanças*, 26 (68) São Paulo May/Aug. 2015

Johana, H. (2007). Strategy, performance, measurement techniques and information technology of the firm and their links to organizational performance. *Management Accounting Research*, 18 (3), 343-366.

Johanna, H. (2007). *Linking management accounting and control systems, strategy information technology, manufacturing technology and organizational performance of the firm in contingency framework*. University of Oulu, Finland: Faculty of Economics and Business Administration Department of Accounting and Finance

Kaplan, R. and Norton, D. (1992). The balanced scorecard – Measures that drive performance. *Harvard Business Review*, 71-79.

Mintzberg, H. (1987). The strategy concept II: Another look at why organizations need strategies. *California Management Review*, 30 (1), Fall, 25-32.

Nadvi, K. and Wältring, F. (2004). Making sense of global standards. In H. Schmitz (Ed.), *Local enterprises in the global economy*. Cheltenham: Edward Elgar.

Oakland, J. and Tanner, S. (2007). A new framework for managing change: Total quality Management & Business Excellence. *Journal of Quality & Reliability Management*, 18 (1, 2), January, 1-19

Ortiz, J., Benito, J. and Galende, J. (2006). Total quality management as a forerunner of business innovation capability. *Technovation*, 26, 1170-1185.

Pran K. Boolaky, Teerooven Soobaroyen (2016) Adoption of International Standards on Auditing (ISA): Do Institutional Factors Matter? *International Journal of Auditing* First published: 25 December 2016 <https://doi.org/10.1111/ijau.12081>

Schein, E. (1999). *The corporate culture survival guide. Sense and nonsense about culture change* (1st Ed.). San Francisco: Jossey-Bass.

Siti Arni Basir, John Davies, Jacqueline Douglas & Alexander Douglas, The influence of academic culture on quality management system ISO 9001 maintenance within Malaysian universities, *Journal of Higher Education Policy and Management*, Volume 39, 2017 - Issue 3 pp 320-340 | Published online: 17 Mar 2017

Ualison Rébulade Oliveira, Fernando Augusto Silva Marins, Henrique Martins Rocha, Valério Antonio Pamplona Salomon (2017). The ISO 31000 standard in supply chain risk management, *Journal of Cleaner Production*, 151, pp 616-633.

Zahirul, H. (2003). Total Quality Management and the balanced scorecard approach: A critical analysis of their potential relationships and directions for research. *Critical Perspectives on Accounting*, 14 (5), 553-566.

Sites

COSO <https://www.coso.org/>

ERM <https://www.coso.org/Documents/2017-COSO-ERM-Integrating-with-Strategy-and-Performance-Executive-Summary.pdf>

IFAC – International federation of Accountants <https://www.ifac.org/about-ifac>

IFRS -www.ifrs.org/

ISA – IAASB/IFAC <https://www.iaasb.org> › Auditing & Assurance

ISACA - <https://www.isaca.org/pages/default.aspx>

ISO 31000 <http://www.iso.org/iso-31000-risk-management.html>

OHSAS http://www.bureauveritas.com/services+sheet/ohsas-18001-certification_1143

PWC: Responsabilidade Social Corporativa em Portugal
www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/images/pwc_responsabilidade_social_coporativa_portugal.pdf